

## **Memórias “Esquecidas” da Guerra de Porecatu: História e Historiografia de Atores Sociais Silenciados (1940-2011)**

Leandro Cesar Leocádio

Resumo: Em meados dos anos de 1940, o Norte do Paraná foi palco de um conflito armado que envolveu, de um lado, posseiros e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, de outro, fazendeiros, jagunços, polícia e grileiros. Estudando este evento, conhecido como Guerra de Porecatu, nos deparamos com um personagem intrigante, Celso Cabral de Mello, e que ficou mais conhecido como “capitão Carlos”. A mando do PCB, veio àquela região para organizar os posseiros em sua luta pelo direito à terra. Porém, acabou preso, delatando planos, emboscadas, esconderijos, posseiros e militantes regionais, o que contribuiu significativamente para o fim do conflito. Procurando estudar tal delação iremos, ao longo do texto, demonstrar como esta pesquisa vêm se desenvolvendo e quais as perspectivas futuras deste projeto. Como as pessoas que foram vítimas deste ato relembram este acontecimento, como sentimentos como ódio, raiva, rancor, repulsa, ressentimentos, um misto de indignação e revolta foram conservados na memória destas testemunhas, silenciadas que foram por aproximadamente trinta anos, são algumas questões que pretendemos tratar a seguir.

Palavras Chave: Delação, memória, silêncio, esquecimento.

A Guerra de Porecatu, também conhecida como Guerra do Quebra Milho ou Guerra da Coréia Paranaense, foi um acontecimento que se deu entre os anos de 1940 e 1950 na região norte do Paraná, onde hoje se concentram as cidades de Guaraci, Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu, envolvendo diretamente a participação de posseiros e do PCB, de um lado, e fazendeiros, jagunços, grileiros, polícia, de outro.

No romance histórico “*Terra Vermelha*”, do escritor londrinense Domingos Pelegrini, o autor realiza um apanhado de como se deu o processo de colonização de Londrina, fazendo menção a outras cidades da região e, de forma rápida e sucinta, comenta sobre a Guerra de Porecatu. Esta pequena citação sobre este conflito armado deflagrado no norte paranaense foi à fagulha que despertou o interesse por se obter maiores informações acerca deste evento.

Assim, iniciou-se uma busca por dados mais detalhados sobre a guerra em si, quais os motivos que a geraram, quem eram os atores sociais envolvidos diretamente neste episódio. Dessa forma, outro romance histórico “*Terra Roxa de Sangue*”, escrito pelo professor de Letras da UEL (Universidade Estadual de Londrina) Joaquim Carvalho da Silva, apresenta-se como uma importante fonte. O livro narra às amarguras e desilusões por que passaram homens oriundos de diversos cantos do Brasil, que acreditaram em falsas promessas de governantes.

Em meados dos anos de 1940, na busca por desbravar áreas no interior do Brasil ainda pouco ou nada exploradas, o governo de Getúlio Vargas incentivou uma política expansionista, conhecida como Marcha para o Oeste. No Norte do Paraná, o então interventor Manoel Ribas disponibilizou um território de aproximadamente 120 mil hectares para loteamento em pequenas propriedades que poderiam ser adquiridas a preços bem acessíveis. Bastava ao interessado pelas terras escolher o lote, derrubar a mata, nas terras produzir, pagar corretamente os impostos referentes à posse e viver na área pelo período mínimo de seis anos: essas eram as obrigações dos interessados em adquirir seu próprio pedaço de terra.

A notícia da existência dos 120 mil hectares devolutos espalhou-se como um rastilho de pólvora por todo país e que acabou por provocar uma ocupação desenfreada e desordenada da região. Na ânsia por um lote, dezenas de famílias chegaram a ocupar terras particulares – e com isso começaram a mexer com um vespeiro (FELISMINO, 14 jul 1985).

Quando, em 1945, Getúlio Vargas e seus interventores, entre eles Manoel Ribas, foram depostos, Moisés Lupion se elege governador do Paraná, iniciando uma administração que ficou marcada por intensos conflitos pela posse da terra no Norte do Paraná. As terras antes disponibilizadas aos posseiros eram agora questionadas por Lupion. Da noite para o dia, estes sitiados viam suas posses serem cercadas, demarcadas; jagunços, grileiros, capangas invadiam casas, aterrorizando aqueles preocupados somente com o que por direito acreditavam a eles pertencer.

Em um primeiro momento os posseiros recorreram à justiça, na esperança de que ela os amparasse, lhes garantindo as terras que consideravam como suas. Enquanto enfrentavam jagunços e capangas, fazendeiros e grileiros, soldados e policiais espalhados por toda a região em conflito, acreditavam que a justiça dos homens intercederia por eles. Só não contavam que a própria justiça se voltasse contra eles.

[...] de polícia, delegado, jagunço e político não podiam esperar muito. Entretanto, não contavam com o envolvimento da autoridade judicial. De uma feita, caiu o último baluarte em que os posseiros podiam colocar sua confiança (SILVA, 1996, p. 94).

Ao perceberem que estavam sozinhos nesta luta, que a justiça na verdade trabalhava contra eles, estes posseiros resolvem pegar em armas para defender suas posses, e é justamente neste momento que a presença do PCB se fez de forma mais efetiva. Se em um primeiro momento o PCB (principalmente as lideranças regionais do partido) atuou ajudando os posseiros a se organizarem em ligas camponesas, tendo como perspectiva a reivindicação

de suas posses via justiça, em um segundo momento podemos perceber o partido ajudando os posseiros na luta armada, orientando-os inclusive com táticas guerrilheiras.

Voltando as considerações a respeito do livro *“Terra Roxa de Sangue”*, este romance apresenta uma figura muito intrigante, que veio a mando da direção central do PCB, com o intuito de auxiliar tanto os dirigentes regionais do PCB quanto os posseiros: o “capitão Cabrera”. No romance é relatado que, após alguns meses da chegada deste personagem à área em conflito, acaba preso pelas autoridades locais e, interrogado por estes, delata não somente os participantes do conflito, como também planos de futuras emboscadas, armas das quais utilizavam os posseiros, quantos eles eram, enfim, entregou tudo e todos. E, o mais impressionante: mesmo sendo a cadeia em que fora preso uma das mais bem vigiadas do Estado do Paraná (devido justamente ao conflito existente na região), acaba fugindo, e seu paradeiro permanece como uma incógnita até os dias atuais.

Será que tal pessoa realmente existiu? E sua delação, qual a real importância que teve no conflito? Trazer a luz da historiografia um personagem pertencente ao mundo literário, assim como a traição associada à delação empreendida pelo mesmo, mostrou-se um interessante caminho a ser percorrido no intuito de se tentar compreender melhor este evento dado que, no romance histórico, tal delação é apresentada como peça primordial na desarticulação de toda a resistência empreendida pelos posseiros, com a ajuda primordial de integrantes regionais do próprio PCB.

Foi isto o que se buscou fazer durante o processo de organização do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *“A Guerra de Porecatu e a delação do “capitão Carlos”: os silêncios de um personagem (1940-1985)”*, defendido no final de 2010. Durante a trajetória deste trabalho, algumas fontes foram utilizadas para demonstrar que o “capitão Cabrera” realmente existiu e que também, ao ser preso por autoridades paranaenses, delatou companheiros de combate, estratégias de guerrilha, quantidade e descrição de armas utilizadas pelos posseiros...

No Arquivo Público do Paraná está presente o interrogatório realizado com Celso Cabral; o jornal Folha de Londrina, no início dos anos de 1980, realiza uma série de reportagens sobre a Guerra de Porecatu, entrevistando inclusive figuras importantes tanto do PCB regional quanto nacional; alguns trabalhos acadêmicos, como o do professor da Universidade Estadual de Maringá Angelo Priori, tratam deste evento.

E assim, utilizando de tais fontes, pode-se constatar que tal delação e o posterior silenciamento empregado pelo PCB silenciou este evento por aproximadamente trinta anos (até as reportagens do jornal Folha de Londrina, no início dos anos de 1980) e que, ao se começar a literalmente remexer toda uma memória que até então vinha sendo propositalmente (e, diga-se de passagem, arbitrariamente) esquecida, constata-se que tais lembranças não só mantiveram-se vivas, íntegras, incólumes no imaginário daqueles que participaram diretamente deste conflito, como também alimentaram o ódio, o ressentimento, as amarguras, sentimentos que com o tempo tendem a potencializar-se. Quando foram dadas as condições necessárias para que tais testemunhas fossem dignamente ouvidas, é possível constatar significativos traumas oriundos de tal delação.

Durante o processo de organização de minha monografia, a ser defendida no final de 2011, pretendo agregar a pesquisa realizada até o momento a seguinte problemática: qual o espaço reservado na memória daqueles que foram traídos por tal deslealdade? Aqueles que sofreram na pele a delação empreendida por Celso Cabral de Mello ficaram impossibilitados de darem voz a estas lembranças por pelo menos trinta anos! Como trataram, durante este longo e desgastante espaço de tempo, este fato?

De finais de 2010 até os dias atuais, durante o árduo e ao mesmo tempo gratificante processo de pesquisa e investigação, algumas fontes que tratam sobre este assunto, o da Guerra de Porecatu, surgiram. Destacam-se a reportagem realizada pelo jornal Estado de São

Paulo intitulada “*Guerras desconhecidas do Brasil*” sobre alguns conflitos armados que ocorreram Brasil adentro no século passado, e entre elas a Guerra de Porecatu, que na reportagem é tratada como Guerra do Quebra Milho; e o livro do escritor Marcelo Oikawa “*Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*”, fruto de intensos vinte anos de pesquisa sobre este evento. O interessante é constatar que ambas as fontes comentam tanto sobre a delação como sobre o silenciamento e esquecimento da mesma.

Mas mesmo que estes traídos pela delação tenham sido esquecidos, tenham ficado todo este tempo silenciados, não quer dizer que ninguém os tenha ouvido. Se nos anos oitenta do século passado foi disponibilizado, através das reportagens realizadas pela Folha de Londrina, uma superfície adequada para que estes silenciados fossem dignamente ouvidos, quem fez o papel de ouvinte para estas pessoas durante os aproximadamente trinta anos em que ficaram relegados ao ostracismo do esquecimento?

Paola Méndez, no artigo “Entre el silenciamiento y la memoria”, que trata dos sujeitos que foram silenciados pela ditadura chilena, destaca a importância da preparação de uma base sólida onde estas testemunhas possam assentar suas memórias de forma digna, de uma maneira que não se perca ou não se esqueça rapidamente o que ficou por tanto tempo reservado a um círculo restrito de ouvintes. Destaca a importância que tem o que chama de “empreendedores da memória”, ou seja, aqueles que buscam dar voz às memórias destes silenciados.

Isto é o que justamente parece ocorrer com os denominados crimes contra a humanidade, pois a impossibilidade de se rever estes vestígios não está somente na ocultação por parte dos vitimadores, mas também na inexistência de uma superfície adequada que se possa escrever com justiça estes acontecimentos. Precisamente, a tarefa dos empreendedores da memória tem sido gerar esta superfície para que estes acontecimentos sejam escritos (MÉNDEZ, 2005, p. 2).

Ao apresentar determinada vivência no ato testemunhal, ao rememorar algo vivido no passado e que foi alimentado, dia a dia, com pesadas cargas de ressentimentos, somente a preparação de um solo, de uma base, de uma superfície adequada em que se possa, com justiça, escrever todos estes eventos traumáticos, só assim temos a “[...] capacidade de resignificar a experiência, não somente a do trauma, mas sim do testemunhar mesmo” (MÉNDEZ, 2005, p. 3).

Após esta breve consideração sobre os apontamentos de Méndez, destacamos que o posterior objetivo deste trabalho será descobrir, através de entrevistas a serem realizadas com familiares, descendentes, amigos próximos, conhecidos daqueles que foram inadequadamente silenciados como esses ressentimentos, estas amarguras, o trauma que se percebe nas entrevistas eram vistos e como agora são lembrados por estas pessoas. O que guardam na memória acerca do relato destes personagens silenciados? O fato de não ter-se disponibilizado uma superfície adequada para que estes silenciados fossem adequadamente ouvidos não quer dizer que eles não tenham falado nada para ninguém.

Ângelo Priori, professor da UEM (Universidade Estadual de Londrina), realizou um significativo trabalho acadêmico sobre a guerra em Porecatu. Em sua tese de doutorado “*A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do PCB no campo (1942-1952)*”, destaca a importância de se rever o silêncio imposto aos posseiros e militantes do PCB.

[...] silêncio que ainda está pra ser revisto é o do Partido Comunista. O movimento de Porecatu sempre foi ignorado por este. Pouquíssimos são os documentos que tratam do assunto, assim mesmo em citações rápidas. Não foi encontrado nenhum relatório crítico sobre o tema (PRIORI, 2009, p. 142).

Em seu recém lançado livro “*Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*”, Marcelo Oikawa também faz questão de destacar não somente no título escolhido para o livro este silenciamento empreendido pelo PCB, como também no decorrer de seu texto, como no exemplo abaixo:

Tão surpreendente quanto descobrir a dimensão da luta armada dos posseiros em defesa de suas terras em Porecatu é ouvir o silêncio que se fez em seguida. Não há notícias de que o PCB tenha promovido uma análise daqueles acontecimentos. Também não há qualquer indício de que algum dirigente tenha tomado a iniciativa de fazê-lo, de forma individual (OIKAWA, 2011, p. 19).

Como podemos perceber nas citações acima, a palavra silêncio é reforçada por ambos os autores. Subestimar a inteligência daqueles que foram humilhados por tal delação, relegando-os ao ostracismo do esquecimento, parece ter sido a opção de dirigentes do PCB para escamotear sua responsabilidade. Mas talvez não tenham se atentado para o fato de que

[...] essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. [...] O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, [...] transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 03).

Se há um silenciamento, não quer dizer que exista um esquecimento!

Daí a opção por se utilizar da história oral para dar voz a estes silenciados. Mas de que forma? Entrevistando aqueles que conviveram de uma forma ou de outra (seja como amigos ou familiares próximos) com militantes regionais e posseiros traídos pela delação do “capitão”. Tal alternativa apresenta-se como uma possibilidade das mais viáveis, desafiadoras e instigantes para darmos continuidade a este projeto, dado que

[...] um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista (THOMPSON, 1998, p. 25).

Se os historiadores do século XIX se limitavam a considerar História somente os grandes eventos e personagens presentes nos documentos oficiais, a multiplicidade teórica hoje a nossa disposição nos abre as portas para uma possibilidade metodológica que privilegia, mais do que nunca, a experiência de vida de pessoas de todo tipo.

Portanto, a história oral, utilizada como fonte histórica, passa a ser considerada uma metodologia fundamental neste trabalho, justamente pelo fato de ser

[...] uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de atuação. [...] A história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história (THOMPSON, 1998, p. 44).

Michael Pollak em seu texto “Memória, esquecimento, silêncio”, relata a importância de pesquisas a serem realizadas com o intuito de dar voz ao que ele chama de “memórias subterrâneas”, a saber, aquelas memórias excluídas, esquecidas, silenciadas e que foram (ou ainda são) subjugadas em detrimento de uma história oficial. Dessa forma defende, com argumentos elucidativos, a utilização da pesquisa que se utiliza da história oral, considerando tal metodologia de pesquisa essencial, pois,

[...] ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial (POLLAK, 1989, p. 02).

Tais argumentações defendidas em prol da história oral são essenciais para a continuação desta pesquisa. Somente a realização de entrevistas com o que Pollak denomina como “estruturas de comunicação informais” é que podemos romper com as incongruências advindas de uma história oficial.

Entendemos que tais estruturas, no caso aqui estudado, sejam justamente aquelas pessoas que guardam em suas lembranças não só as memórias em relação a estes silenciados pela delação do “capitão” Carlos e conseqüente silenciamento por parte do PCB, mas

principalmente as pesadas cargas sentimentais que tais relatos, transmitidos em círculos restritos de comunicação, carregam. É dessa maneira que

[...] essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas [...] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 06).

Durante o período em que tais memórias subterrâneas permaneceram escondidas, devidamente (e, porque não, propositalmente) subjugadas à marginalidade tanto por parte do estado como também do próprio PCB, ocuparam um espaço único no imaginário daqueles traídos pela desastrosa empreitada do “capitão” e de seus superiores. E, quando estes silenciados começam a materializar verbalmente tais memórias é nítido constatar, caminhando lado a lado a essas lembranças, pesadas cargas sentimentais que, ao longo de muitos e muitos anos, foram sendo temperadas com pitadas diárias de ódio, rancor, ira, raiva, enfim, ressentimentos que o tempo cuidou de alimentar cuidadosamente.

Aqueles que acompanharam de perto tal calvário são testemunhas fidedignas que podem muito bem, através de seus relatos orais, relatar estas amarguras de modo a preencher lacunas que a história oficial fez e parece querer continuar fazendo questão de manter em sigilo, relegado ao ostracismo do esquecimento tais memórias.

Assim fazendo, estarão contribuindo significativamente para com a emersão de memórias que há tempos ocupam espaços alternativos, locais de difícil acesso, mas que, ao serem convidadas a caminhar fora deste espaço restrito e limitado, agregam um sem número de informações difíceis de encontrar mesmo nos melhores manuais e guias historiográficos tradicionais.

De todas as fontes a se trabalhar neste projeto, a que trata especificamente da história oral merece uma atenção diferenciada. Possibilidade metodológica incorporada em fins do século XX a pesquisa histórica,

[...] la historia oral incorporo a su propio corpus de conocimientos los aportes relacionados con un método cualitativo muy específico: las “historias de vida”, que principalmente, habían sido consideradas parte del campo de interés y de los métodos de la antropología, la sociología y la psicología, pero no de la historia (LOZANO, 1999, p. 10).

Dessa forma, a história oral passou a ser considerada como uma importante fonte dentro do processo historiográfico principalmente por dar voz a testemunhas que vivenciaram determinada época. Assim fazendo, o trabalho acadêmico ganha um respeitável reforço no árduo trabalho de estudar eventos passados.

Dentre os inúmeros benefícios desta aproximação entre historiografia/história oral, talvez a riqueza do narrar seja aquele que mais deve ser destacado. Estar atento a todos os meandros desta experiência única que é se colocar como interlocutor entre uma pessoa e suas memórias tem que ser considerado, além de uma oportunidade única e riquíssima, como um privilégio.

A utilização da narração testemunhal parece nos dar a impressão de que estamos injetando uma dose de “vida” na pesquisa, no sentido de que estamos nos reportando a um personagem que vivenciou determinado evento estudando. E, em seu ato singular de narrar, acaba desfilando seu arsenal de subjetividades único, próprio de cada um.

É evidente que, assim como com a fonte escrita, a utilização da história oral requer certos cuidados em seu uso. Cabe, portanto, a tarefa ao historiador de se cercar com a máxima atenção para que, ao analisar uma fonte testemunhal, tentar justamente encontrar (tomando o máximo de cuidado para não interferir no ato testemunhal de maneira equivocada ou até mesmo tendenciosa) mecanismos que controlem as distorções advindas desta narrativa memorial

Dessa forma não há, ao se analisar a importância tanto da fonte oral, testemunhal, quanto da fonte escrita, a possibilidade de considerarmos uma como sendo mais importante que a outra. Estes dois modelos de análise historiográfica podem ser criticados por nós do mesmo modo.

Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal qual todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável a fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal qual ela se apresenta (POLLAK, 1992, p. 08).

A grande atenção demonstrada até o momento em relação à história oral tem explicação. Durante a elaboração de meu trabalho de conclusão de curso e também agora, na finalização de minha monografia, os estudos estavam voltados de forma específica a questionamentos que envolviam: contextualização da época do evento; participação do PCB junto aos posseiros e os equívocos teóricos empreendidos pelos mesmos; questionamentos envolvendo a utilização da literatura como fonte histórica; entre outros.

Na continuidade deste projeto de pesquisa, as atenções se voltam quase que exclusivamente aos estudos envolvendo a história oral. A intenção até agora estava concentrada na preparação de uma base de sustentação sólida (pelo menos é o que se tentou fazer até o momento) para que os resultados obtidos com tal perspectiva de pesquisa (a história oral) encontrem um terreno o mais consistente possível para melhor se assentar. Assim, agregando-se aos estudos até aqui já realizados, tais relatos podem nos dar uma melhor dimensão do que fora tal delação, e como ela acompanhou o imaginário destes traídos.

## REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Depoimento de Celso Cabral de Mello. Caixa 67/599<sup>a</sup>.

FELISMINO, Pedro Paulo. *A guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu p Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50*. Folha de Londrina, 14-28 jul 1985.

LOZANO, Jorge E. Aceves. Um enfoque metodológico de lãs historia de vida. In *Revista Proposiciones 29*: Chile, marzo de 1999.

MAESTRI, Mário. História e romance histórico: fronteiras. In *Novos Rumos*. Nº 36. Ano 17. 2002.

MÉNDEZ, Paola. Entre El silenciamento y la memória. In *Memorias de La dictadura: rescatando La historia de América Latina*. São Paulo, Congresso de ULAPSI (União Latino americana de Entidades de Psicologia), 2005. p. 1-6.

NOSSA, Leonencio & JÚNIOR, Celso. *Guerras Desconhecidas do Brasil*. O Estado de São Paulo, 19 dez 2010.

OIKAWA, Marcelo Eiji. *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PELLEGRINI, Domingos. *Terra Vermelha*. São Paulo: Moderna, 1998.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. In *Estudos Histórico*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

PRIORI, Ângelo. A revolta camponesa de Porecatu. In MOTTA, Márcia & ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, 2008, p. 117-142.

SILVA, Joaquim Carvalho da. *Terra roxa de sangue*. Londrina, PR: Eduel, 1996.

THOMPSON, Paul Richard. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.